

## **CULTURA E RELIGIOSIDADE: O COMPROMISSO DA ESCOLA COM A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE AFRO- BRASILEIRA**

João Bosco da Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** A presença negra em nosso país é observada em variados aspectos da brasilidade, porém, em se tratando de religião e religiosidade de matriz africana, ainda há resistência em perceber o valor sócio-cultural destas para a formação da identidade nacional. Pensar a implementação da Lei 10.639/03 nos currículos escolares sem discussão dos valores religiosos afro, tão presentes em nosso cotidiano, sem dúvida é diminuir a importância da mesma. O objetivo deste artigo é fomentar o debate acerca da presença religiosa afro na formação cultural do Brasil e também percebê-la como fundamental para a identidade nacional, destacando como a educação brasileira lida com essa questão em sala e aula.

**PALAVRAS-CHAVE:** Africanidade; Cultura; Educação; Religiosidade.

**ABSTRACT:** The black presence in the country it is observed in varied aspects of the brasilidade, however in if treating of religion and religiosity of African head office, there is still resistance in noticing the partner-cultural value for the formation of the national identity. To think the implementation of the Law 10.639/03 in the school curricula without discussion of the values religious afro, so present in our daily one, without doubts is to reduce the importance of the same. I aim at of this article is to foment debate concerning the presence religious afro in the formation of the brasilidade, well you notice her as fundamental for the national identity, Highlighting as the Brazilian education worked with this subject in room-of-class.

**KEYWORDS:** Africanidade; Culture; Education; Religiosity.

### **Introdução**

O século XXI sinaliza para um repensar de atitudes e ações no que se refere a nosso comportamento de educadores engajados na busca de uma sociedade em que todos se encontrem representados, não apenas na lei, mas sim na práxis cotidiana. Por esse aspecto é impossível esquecer o papel da escola nesse processo, visto que é nesse ambiente que a criança, o jovem e o adulto passam bom tempo de suas vidas, buscando conhecimento e cultura letrada para ter desenvoltura em uma soci-

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela UFMT. Exerce função técnica na Gerência de Diversidade da SEDUC/MT, Membro do Fórum Estadual Permanente de Educação e Diversidade de Mato Grosso. E-mail: professorbosco@terra.com.br; joão.silva@seduc.mt.gov.br

idade em ligeiras transformações. Porém, é preciso destacar que apesar da importância que a escola desempenha na vida dos indivíduos, o panorama que se percebe no início do novo milênio é que, nesse ambiente, se perpetuam-se práticas imensuravelmente inconcebíveis para um espaço que deveria congrega e conviver com a diversidade em todos os aspectos, entre os quais, a ausência de respeito à cultura religiosa africana e afro-brasileira presente em nosso cotidiano. Afinal, quem de nós nunca ouviu falar em Oxalá, Iemanjá ou Exu? Em banho de ervas ou benzimento? Ou em qualquer outro aspecto religioso que lembre os valores culturais trazidos com os negros para nosso país?

Mesmo presente em nosso dia-a-dia há um silenciamento acerca da temática na sociedade brasileira em geral e também no espaço escolar. E isso acarreta deformações de opiniões sobre o tema, fazendo com que julgamento de valores preconceituosos e discriminadores parem no seu interior. Pensando por esse ângulo, este artigo busca discorrer sobre o papel da educação na formação de seres humanos que compreendem e respeitam os valores culturais africanos e afro-brasileiros, papel salutar na construção desta nação, buscando demonstrar que é dever da escola e dos educadores comprometer-se com a formação de pessoas que consigam conviver e respeitar as diversas formas de manifestações culturais existentes neste país.

### **Lei 10.639/03: caminhos para pensar uma educação multicultural no Brasil**

A lei 10.639/03 abre precedentes para propiciar à educação brasileira caminhos para repensar as relações étnico-raciais em nosso país, pois obriga as escolas de todos os níveis de ensino a implementar em seus currículos a História e Cultura Africana e Afro-brasileira, como forma de discutir e compreender o papel da etnia negra no desenvolvimento sócio-cultural, religioso, político e econômico desta nação. Trata-se, portanto, de (re) significar o papel do negro e do afro-descendente na formação da brasilidade.

Os autores de livros didáticos, em geral, e os de História, em particular, na atual conjuntura ainda continuam a demonstrar o negro e o índio apenas como mão-de-obra escrava que contribuiu com seu trabalho na construção da brasilidade. Óbvio que negar essa premissa é desconhecer a história do nosso país, porém, ficar apenas nisso é diminuir a participação dessas etnias em outros aspectos. Esquecem esses autores que, para além de mão-de-obra utilizada nos diversos setores da sociedade brasileira, os negros imprimiram em nosso país um rosto e um jeito de ser, pensar e agir e que, quer queiramos ou não, estão presentes em nosso cotidiano. E é dever fundamental da educação que se comprometa em

perceber essa presença na formação sócio-cultural do Brasil, contribuindo com isso em tirar do anonimato toda essa riqueza cultural negra de basilar importância para nos entender como brasileiros.

Sem dúvida, essa tarefa se faz urgente, visando a eliminar o silenciamento e a negação da pluralidade étnica e multiplicidade racial presentes em nosso meio, visto que o desenvolvimento de nossa identidade está absolutamente condicionado à participação dos africanos na vida brasileira, porém, ideias distorcidas e preconceituosas tanto sobre africanos quanto sobre afro-descendentes ainda pairam em nosso imaginário. Entre elas, a omissão de fatos, reprodução de inverdades, sempre no sentido de mostrar os povos africanos como “tribos” estáticas no tempo, alheias ao conhecimento científico e ao progresso (FERREIRA, 2004: 40).

Não devemos esperar que os meios de comunicação de massa mudem essa realidade. Muito pelo contrário, o que se percebe é que tais meios, especialmente a televisão, continuam a perpetuar ideias sobre uma África selvagem, pestilenta, doentia, miserável e com lutas fratricidas.

Muito semelhante é a percepção que tais meios de comunicação têm dos afro-descendentes, pois persistem em reforçar a ideia de inferioridade, submissão e subalternidade dessa etnia. O que dizer, por exemplo, das telenovelas brasileiras que insistem em apresentar o negro apenas em papéis de profissões consideradas pouco dignificantes em imaginário, somente para cumprir a lei de cota mínima para negros na teledramaturgia nacional? Portanto, muito pouco se deve esperar dos meios de comunicação de massa em nosso país, pois, a participação do negro na formação da brasilidade é de ressaltar o afro-brasileiro em situações marginais e marginalizadoras.

Se os meios de comunicação de massa, nesse novo milênio, ainda fazem questão de manter os mesmos propósitos de séculos anteriores, cumpre à educação contribuir com a formação de cidadãos que respeitem a diversidade cultural e demonstrar o valor do afro-brasileiro na construção da identidade brasileira.

Lógico que não é na escola que surgem as ideias preconceituosas e discriminadoras contra o negro, mas, a partir do momento que ela não questiona e nem discute esses paradigmas, acaba por reforçar valores e conceitos estereotipados e marginalizadores, visto que a mesma não se encontra isenta das reproduções racistas e termina por refletir as tramas sociais existentes no espaço macro da sociedade, reforçando os preconceitos nela existentes.

Considerando a Lei 10.639/03 e sua implementação na educação básica, abre-se discussão e estratégias para dar visibilidade a todas as etnias e culturas que contribuíram e contribuem com a formação cultural

do Brasil. Especialmente no que se refere à questão religiosa, garantindo com isso uma educação inclusiva, que pense em conteúdos e táticas educacionais que garantam a presença negra nos currículos escolares das diversas modalidades de ensino.

Não cabe mais conceber, em pleno século XXI, a perpetuação da idéia de que do continente africano veio uma massa humana amorfa e de cultura inferior à européia. Ou, ainda, a de eternizar que a cultura afrodescendente, especialmente no que se refere à religião e religiosidade, como demoníaca e malfazeja.

Por isso, como fruto da luta dos movimentos sociais organizados, especialmente dos movimentos negros, a implementação dessa lei busca mostrar a importância da participação da etnia negra na formação sócio-cultural, econômica e política do Brasil.

O grande desafio dessa lei é romper com o mito da democracia racial brasileira, que tenta demonstrar que não existe conflito étnico em nosso país, e colocar em pauta a existência hierárquica no que se refere à participação dos diferentes grupos que compõem a nossa cultura.

De uma forma geral, convencionou-se em afirmar que na formação sócio-cultural do Estado brasileiro em um primeiro plano está o europeu, que para cá trouxe a religião cristã, a língua portuguesa, os valores e a forma de pensar e agir do povo português, seguido dos grupos ameríndios, que, na opinião dos europeus, especialmente dos membros da Igreja Católica, necessitavam tornar-se cristãos/católicos para ter acesso a uma “alma” e, com isso, merecer o reino de Deus. Em se tratando dos povos africanos que para o Brasil vieram na condição de escravos e seus descendentes, na concepção eurocêntrica eram vistos como povos atrasados, com uma cultura inferior a dos portugueses; portanto, a própria situação escrava era uma dádiva para que os africanos aprendessem a conviver com uma cultura de elevado nível, com o progresso e com a ciência.

### **Processo de colonização brasileira e a exclusão afro-ameríndia**

Se observarmos o processo de colonização brasileira, perceberemos que junto com os primeiros colonizadores vieram os padres jesuítas, com o objetivo de impor a doutrina católica nas terras recém invadidas.

Os soldados de Cristo, como eram chamados os inicianos, a qualquer custo, pelo amor ou pela dor, principiaram seus trabalhos catequizando os ameríndios e proibindo-os de praticar suas crenças e religiões.

Converter os povos das várias etnias indígenas na concepção jesuítica era uma forma de dar-lhes uma fé, uma lei e um Deus, pois assim agindo estavam fazendo dos ameríndios seres com “almas”, capazes de respeitar o deus cristão dos colonizadores e o El Rei de Portugal.

Antes de colonizar as terras brasileiras, entretanto, os portuque-

ses conquistaram várias regiões no continente africano e asiático. Nessa empreitada, a Igreja Católica e o Estado português caminhavam juntos, já que Portugal era considerado país católico e fiel ao papa.

Em se tratando dessas colonizações portuguesas, o papa Nicolau V assinou, em 1454, a Bula Pontifex, que permitiu a escravidão dos mulçumanos, pagãos e outros inimigos de Cristo, dando exclusividade aos portugueses para explorar o trabalho dos negros e mandá-los para o reino. Portugal, dessa forma, introduziu a escravidão moderna. (CÁCERES, 1988:190)

Ao chegarem à África no século XV, os europeus perceberam que estavam diante de modos de vida muito diferente dos seus. Entre os africanos, a organização social e econômica girava em torno de vínculos de parentesco em famílias extensas e da coabitação de vários povos num mesmo território. A vinculação por parentesco a um grupo era uma das mais recorrentes formas de se definir a identidade de alguém. Isso quer dizer que o lugar social das pessoas era dado pelo seu grau de parentesco em relação ao patriarca ou à matriarca da linhagem familiar. Nessas sociedades, a coesão dependia, em grande parte, da preservação da memória dos antepassados, da reverência e privilégios reservados aos mais velhos e da partilha da mesma fé religiosa. (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006, p. 13)

Toda essa diferença passa a ser explorada pelo colonizador europeu como sinais de inferioridade e atraso sócio-cultural e, utilizando de argumentações religiosas, econômicas e políticas, os portugueses subalternizaram os colonizados.

Com o Renascimento Cultural, iniciado no final do século XIV, a Europa passa a ser vista como centro da cultura e do saber científico. Paralelamente a esse fato, que teve seu princípio na Itália, os portugueses começam o processo de expansão marítima e invasões à terras fora do continente europeu, no qual tudo que não lembrasse a maneira de pensar e agir europeia era considerado inferior. Em se tratando de religião e religiosidade os não-cristãos eram tidos como pagãos, portanto, inimigos de Cristo e sujeitos à conversão cristã. Isso justificava as atitudes colonialistas em nome da fé, da lei e do rei.

O pensamento judaico-cristão enfatizou percepções dicotômicas e antagônicas da realidade, estipulando, assim, um sistema de classificação cultural terrivelmente eurocêntrico: civilização x barbárie; cultura x folclore; religião x crença; arte x artesanato; língua x dialeto; escrita x oralidade; conhecimento x saber; razão x emoção. (SILVA, 2005, p.123)

Observando por esse aspecto, o centro civilizador está situado na Europa com seus impérios, sistemas sócio-políticos e culturais tidos como exemplo a serem seguidos pelo resto do mundo, especialmente

pelos povos africanos e americanos. Os povos não-europeus e sua forma de pensar o mundo são vistos como bárbaros, sem lei, pagãos, portanto, sujeitos a saírem dessa situação de barbárie e chegar um dia ao estágio de civilização suportável, apenas aceitando o colonizador, ou seja, tornar-se-iam lenta e gradualmente civilizados e cristãos, não mais falando seus dialetos e valorizando sua cultura e formas de conceber o universo, mas repudiando seu próprio universo cultural para assumirem os valores do colonizador. Negar a participação da Igreja Católica nessa empreitada é esquecer das ações dessa instituição em todo processo de exploração da África e depois da América.

É bom que se ressalte que a presença africana no Brasil a partir de 1549 foi acompanhada pela imposição de aparatos de dogmas católicos. E os povos africanos escravizados passam a ser vistos como 'máquinas com fôlego', tidos como inferiores e boçais. As conseqüências desse processo será o completo desprezo pela cultura e pelas formas de pensar e agir africana com a diáspora negra.

Graças ao processo de fidelidade que Portugal mantinha com a fé Católica e, conseqüentemente, ao papa, a conversão forçada do povo africano chegou ao absurdo, pois, ao aportar no Brasil, era submetido ao batismo cristão e recebia um nome de santo católico, processo que perdurou em todo o período colonial e imperial brasileiro.

Porém, mesmo com todo esse processo de submissão e desrespeito humano, o africano, e depois, o afro-brasileiro, encontraram formas de preservar seu aparato cultural e seus valores ético-morais.

Se, em um primeiro momento, o colonizador buscou desestabilizar o negro, adquirindo em seu plantel escravos de etnias diferentes e, com isso provocar disputas internas entre os escravizados, esse mesmo artifício fez surgir uma consciência de unidade na diversidade das senzalas. A percepção de que só buscando algo que os congregasse fez com que os negros escravizados buscassem maneiras de aproximar as diversas etnias e culturas que coabitavam o mesmo espaço.

E foi na fé em suas divindades ancestrais que encontraram a unidade. Mesmo tendo que reinventar formas de cultuar, foi essa estratégia uma das formas que constituiu a coesão do povo negro, inventando novos laços de parentesco e novas relações familiares, que se aproximassem dos hábitos africanos.

Os negros ressignificaram a forma de viver, agir e pensar para com isso também buscar organizar e lutar contra sua situação de escravizado. Se, de certa forma, a língua e outros hábitos os distanciavam, as crenças nos ancestrais os uniam.

Enquanto na África os impérios, reinos, tribos e comunidades,

em que se cultuava uma divindade específica, na senzala foi se misturando crenças e cultos e surge uma nova forma de ligação do ser humano negro com os seres da natureza, seja com o nome Voduns, Inquices, Orixás, Guias ou Entidades. Portanto, eles perceberam que havia muitas diferenças entre os mesmos, porém, havia algo bem maior que os uniam: o culto aos antepassados divinizados. É essa reordenação de valores religiosos que mais tarde será entendida como *Candomblé*.

Então, o negro escravizado não ficou submisso ao jugo do seu algoz. Ao contrário disso, usando astúcia e sagacidade, burlou normas e quebrou regras e de maneira declarada ou camuflada construiu na diversidade a unidade de uma nova forma de *religare* ao Ser Transcendente.

Ao afirmar que o negro usou de astúcia e sagacidade para burlar normas e preservar seu patrimônio ético-cultural, queremos dizer que foi necessário repensar formas e atitudes, que mesmo em condição absolutamente hostil, na qual a escravidão se enquadra, necessário se fez, como diz o ditado popular, “dar os dez passos atrás para dar mil à frente”.

Entre as variadas astúcias, talvez a maior delas foi a sagacidade em associar os santos católicos aos Voduns, Inquices e Orixás. Preferimos não nos referir a esse processo como sincretismo religioso, e sim como forma de preservação de suas divindades em um momento político e religioso do Brasil em que todos deveriam ser católicos.

Sendo sincretismo um processo de fusão de elementos de culturas diversas, dando como resultado um novo valor cultural, no caso da cultura religiosa africana no Brasil, o que houve foi um processo de transculturação, ou seja, difusão e infiltração de complexos ou traços culturais de variados povos vindos da África com uma gama de nações ameríndias de terras brasílicas, sem esquecer, contudo, dos povos europeus, especialmente os portugueses. E desse contato de um grupo cultural e resignificações de seus próprios valores culturais, nos quais mesmo havendo troca de elementos culturais, o africano, e depois o afro-brasileiro, preservaram a essência inicial de seus valores religiosos, a saber: a crença nas divindades ancestrais.

### **Papel das áreas de conhecimento no processo de implementação da Lei 10.639/03**

Creemos que retratar a capoeira, o samba, o carnaval como participação do negro na cultura nacional não seja nada complicado para educadores brasileiros, porém, em se tratando de aspectos da religiosidade de matriz africana e afro-brasileira, sempre se “fica com um pé atrás”. Ora justificando falta de conhecimento, ora afirmando não ver importância da temática na formação da cultura nacional, logo tal tema não deve fazer

parte do currículo escolar, ou, ainda, culpabiliza a família, em sua grande maioria de formação judaico-cristã, de não querer que seus filhos compreendam a dinâmica das religiões de matriz africana e suas influências na formação brasileira. E, ainda, existe o grupo, diga-se de passagem, uma grande maioria, que afirma que na sua formação inicial não houve nenhuma disciplina ou conteúdo que lidasse tal tema. Então, cada qual encontra maneira de escamotear para não lidar com a questão no interior da escola.

Entendemos que se tornará letra morta ou, no mínimo, incompleta a implementação da Lei 10.693/03, se não se levar em conta a importância das religiões e religiosidades de matriz africana e afro-brasileira nos currículos escolares.

Mas, como trabalhar esse tema em sala de aula, sem, contudo, incorrer-se no risco de proselitismos, dogmatismos e/ou ferir a cosmovisão religiosa do educando e de sua família?

Começamos esta análise recorrendo a uma lenda *yorubá*, transcrevendo-a em sua íntegra:

Logo que o mundo foi criado, todos os orixás vieram para a Terra e começaram a tomar decisões e dividir encargos entre eles, em conciliábulos nos quais somente os homens podiam participar.

Oxum não se conformava com essa situação. Ressentida pela exclusão, ela vingou-se dos orixás masculinos. Condenou todas as mulheres à esterilidade, de sorte que qualquer iniciativa masculina no sentido da fertilidade era fadada, ao fracasso. Estavam muito alarmados e não sabiam o que fazer sem filhos para criar nem herdeiros para deixar suas posses, sem novos braços para criar novas riquezas e fazer as guerras e sem descendentes para não deixar morrer suas memórias.

Oludumare soube então, que Oxum fora excluída das reuniões. Ele aconselhou os orixás a convidá-la e às outras mulheres, pois sem Oxum e seu poder sobre a fecundidade nada poderia ir adiante.

Os orixás seguiram os sábios conselhos de Oludumare e assim suas iniciativas voltaram a ter sucesso. As mulheres tornaram a gerar filhos e a vida na Terra prosperou. (PRANDI, 2001, p. 345).

Que possibilidades uma lenda como essa traz ao professor para explorá-la em sala de aula?

Não é nosso objetivo dar nenhuma receita pronta e acabada,

nem muito menos ensinar educadores a lidarem com conteúdos em seu ambiente escolar, mas sim fazer com que percebam a grandiosidade em trabalhar com lendas religiosas de matriz africana e afro-brasileira sem interferir nos valores religiosos dos educandos e de sua família.

Trabalhada, cremos, que na área de linguagem, especialmente na Língua Portuguesa, destacando os vocábulos africanos, buscando o significado de cada um deles.

Já nas disciplinas Religião, Filosofia e Sociologia é possível lidar com essa lenda explorando a questão de gênero e sexualidade, a importância da mulher na sociedade, papel da mulher nas comunidades de religião de matriz africana e na nossa sociedade. A partir da lenda, pode-se, ainda, discutir marginalização e exclusão de negro e não negro na sociedade brasileira.

Em contrapartida, vemos como profunda importância para professores de História, ao tratar o conteúdo História da Grécia Antiga, especialmente ao abordar mitos e lendas gregas, fazer paralelos com os mitos e lendas africanas e afro-brasileiras, pois tanto umas quanto outras têm formas peculiares de lidar com sagrado e o não sagrado. O importante é o educador despir-se de seus valores religiosos e apresentar esse sagrado sem preconceitos e valores morais pessoais ou do grupo do qual faz parte.

Ainda na disciplina História, esse texto pode abrir precedente para que o professor/a use-o para introduzir e discutir memória e sua importância para um grupo social, visto que é impossível pensar o ser humano e a humanidade sem discutir sua memória e como ela se articula no real-histórico. A lenda retrata que os seres humanos estavam preocupados, pois já não nasciam mais descendentes para dar continuidade a suas memórias; portanto, aproveitar essa lenda é uma forma de introduzir a discussão acerca de um tema de fundamental importância para a humanidade, que é a memória histórica.

Outro ponto importante que pode ser discutido tendo como aporte essa lenda é com referência à participação da mulher em fatos marcantes da história mundial e nacional, bem como a trajetória feminina e sua luta pela inclusão social, a mulher e o mercado de trabalho na atualidade e, ainda, destacar personagens femininas negras que lutaram e lutam por uma sociedade mais justa, uma vez que a lenda retrata a luta de um orixá feminino, Oxum, e sua busca por inclusão e participação em uma sociedade tipicamente masculina e excludente. Destacar a vida e luta de personagem como Chica da Silva, Tereza de Benguela, Mãe Menininha do Gantois, Dandara, Ialorixá Stela de Oxossi, Chiquinha Gonzaga, Carolina Maria de Jesus, Benedita da Silva, entre outras personalidades locais.

Essas são apenas algumas das possibilidades que uma lenda da

religião dos Orixás pode abrir para discutir temas tão importante para a sociedade brasileira, sem tocar em pormenores teológico afro-brasileiro.

Percebe-se, portanto, que é possível. Basta o professor aprender e querer trabalhar com a religião de matriz africana, sem incorrer no risco de discutir teofilosofia africana e afro-brasileira.

Acreditamos ser função da educação lidar com a diversidade, respeitando valores e crença, sem tocar em conceitos e preceitos religiosos, ou ferir os valores morais e religiosos de alunos e sua família.

Percebamos uma outra lenda yorubá:

Ossaim era o nome de um escravo que foi vendido a Orunmilá. Um dia ele foi à floresta e lá conheceu Aroni, que sabia tudo sobre as plantas.

Aroni, o gnomo de uma perna só, ficou amigo de Ossaim e ensinou-lhe todo segredo das ervas.

Um dia, Orunmilá, desejoso de fazer uma grande plantação, ordenou a Ossaim que roçasse o mato de suas terras.

Diante de uma planta que curava dores, Ossaim exclamava: 'Esta não pode ser cortada, é a erva que cura as dores'.

Diante de uma planta que curava hemorragias, dizia: 'Esta estanca o sangue, não deve ser cortada'.

Em frente de uma planta que curava a febre, dizia: 'Esta não, porque refresca o corpo'.

E assim por diante.

Orunmilá, que era um babalaô muito procurado por doentes interessou-se então pelo poder curativo das plantas e ordenou que Ossaim ficasse junto dele nos momentos de consulta, que o ajudasse a curar os enfermos com o uso das ervas miraculosas. E assim Ossaim ajudava Orunmilá a receitar e acabou sendo conhecido como o grande médico que é. (PRANDI, 2001, p.152).

Destaquei essa lenda com a finalidade de notar a sua riqueza no que tange à ecologia, à preservação de meio ambiente e à importância das ervas e plantas no trato com a saúde. Pressupomos que professores das disciplinas de Ciências e Biologia se esbaldariam com essa lenda em sala de aula, explorando a temática acima mencionada. A disciplina História poderia usá-la para introduzir discussão sobre a escravidão na África antes da chegada dos europeus, já que a mesma principia afirmando que Ossaim era escravo de Orunmilá e termina dizendo que Ossaim transformou-se

no grande médico da comunidade. Então, abre possibilidade para a discussão sobre as diferenças entre a escravidão na África antes dos europeus e a escravidão mercantil iniciada na Idade Moderna.

Feriria os valores religiosos de alguma família de formação judaico-cristã a interpretação dessas duas lendas africanas em sala de aula? Cremos que não, muito pelo contrário. O estudo delas pode contribuir para que o aluno conheça, compreenda valores de grupos diferentes do seu próprio, nesse caso, os valores religiosos afro tão presentes no cotidiano do povo brasileiro e, com isso, perceba que é nessa diversidade de ideia que surge o respeito pelo que compreendemos diferente do grupo do eu.

### **Algumas Considerações**

Pressupomos que a educação em geral, por ser território propício para a compreensão de valores humanos, deva encontrar espaço para discussão acerca das diversidades em seus variados aspectos, em especial, no âmbito cultural, buscando demonstrar que essas são formas de buscar entendimento com o diferente.

Pensar uma educação para o século XXI, no qual o processo de entendimento humano deve ser a cada minuto ressaltado como essencial para o entendimento no planeta Terra, faz-se necessário educar crianças, jovens e adultos para viverem em uma sociedade que respeite as diferenças em todos os sentidos.

Não é papel da escola usar proselitismos de qualquer tendência religiosa. Como espaço de pluralidade, deve privilegiar debates e discussões visando a formar cidadãos comprometidos com a busca de uma sociedade que respeite as identidades étnico-culturais.

O compromisso maior da escola deve ser lidar com as diversidades de forma crítica e criativa, educando crianças, jovens e adultos que consigam conviver com as diversidades culturais, sempre enfatizando que como ambiente de conhecimento e cultura deve se ater a sua primordial função: educar para o respeito ao outro e à valorização humana em todos os aspectos.

### **Referências Bibliográficas**

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R.de; FRAGA Filho, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Centro de Estudos Afro-Orientais. Fundação Cultural Palmares 2006.
- CÁCERES, Florival. *História geral*. São Paulo: Moderna, 1988.
- CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2006.
- Brasil. *Educação anti-racista: Caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/*

03. MEC/SECAD, 2005.

FERREIRA, Ricardo Franklin. *Afro-descendente uma identidade em construção*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 2004.

MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. MEC/SECAD Brasília-DF, 2006.

MOURA, Carlos Eugênio Marcos de (Org.) *Candomblé: religião de corpo e da alma - tipos psicológicos nas religiões afro-brasileiras*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

\_\_\_\_\_. *Voduns e ancestrais nas religiões afro-brasileiras*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, Ângela Maria dos. *Vozes e silêncio do cotidiano escolar: as relações raciais entre negros e não-negros*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

SILVA, Nelson Fernando Inocência da. Africanidades e religiosidade: uma possibilidade de abordagem sobre as sagradas matrizes africanas na escola. In. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03*. Brasília-DF: SECAD, 2005.

*Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. MEC/SECAD Brasília-DF, 2006.

*Orientações Curriculares para o Ensino Médio*. MEC/ Secretaria de Educação Básica. Brasília-DF, 2006.